

Balanco Patrimonial de Janeiro a Dezembro/2017

Folha: 001

0236 APM DA EMEB JOSE ARNAUD DA SILVA
 Rua das Paineiras, 1
 Alvarenga - SAO BERNARDO DO CAMPO/SP

14.053.215/0001-85

Descricao	2017
-----------	------

ATIVO	4.748,07 D
CIRCULANTE	4.748,07 D
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.725,07 D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO - GOV MUNICIPAL	419,87 D
BANCO DO BRASIL S/A - CADERNETA DE POUPANÇA	419,87 D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - COM RESTRIÇÕES - GOV FEDERAL	4.589,50 D
BANCO DO BRASIL S/A - PDDE BÁSICO - CAD POUPANÇA	4.589,50 D
NUMERÁRIO EM TRANSITO	284,30 C
CHEQUES A COMPENSAR	284,30 C
CREDITOS	23,00 D
CREDITOS A RECEBER	23,00 D
OUTROS VALORES A RECEBER	23,00 D
PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	4.748,07 C
CIRCULANTE	4.748,07 C
CONTAS A PAGAR	34,44 C
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - TERCEIROS	34,44 C
ISSQN - FONTE	34,44 C
RECURSOS DE ENTIDADE PÚBLICA NACIONAL (1)	113,73 C
RECURSOS DO GOVERNO MUNICIPAL	113,73 C
ENTRADA DE RECURSOS - TERMO DE COLABORAÇÃO - SE	21.260,00 C
RENDIMENTOS APLICAÇÃO FINANCEIRAS	171,02 C
(-) RECURSOS APLICADOS	21.317,29 D
RECURSOS DE ENTIDADE PUBLICA NACIONAL (2)	4.599,90 C
RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL - PDDE BÁSICO	4.599,90 C
ENTRADA DE RECURSOS	4.500,00 C
RECURSOS REPROGRAMADOS EXERCÍCIO ANTERIOR	11.635,74 C
RENDIMENTOS APLICAÇÃO FINANCEIRA	396,34 C
(-) RECURSOS APLICADOS	11.932,18 D

 VANDERLEI ANTONIO
 DIRETOR EXECUTIVO
 C.P.F.: 216.583.268-30

 MARIA DE LOURDES ROCHA
 Contador
 CRC N° : 1SP215598/0-9

Demonstracao do Superavit do periodo Encerrado de Janeiro a Dezembro/2017

Folha: 001

0236 APM DA EMEB JOSE ARNAUD DA SILVA
 Rua das Paineiras, 1
 Alvarenga - SAO BERNARDO DO CAMPO/SP

14.053.215/0001-85

Descricao	Valor
RECEITAS	33.249,47 C
RECEITAS DE PROJETOS - COM RESTRIÇÃO	33.249,47 C
ATIVIDADE DE APOIO EDUCACIONAL	20.947,29 C
GOVERNO MUNICIPAL	20.947,29 C
TERMO DE COLABORAÇÃO - SEC. EDUCAÇÃO	20.947,29 C
ATIVIDADE DE APOIO EDUCACIONAL	12.302,18 C
GOVERNO FEDERAL	12.302,18 C
PDDE BÁSICO	12.302,18 C
DESPESAS	33.249,47 D
DESPESAS DE PROJETOS - COM RESTRIÇÃO	33.249,47 D
ATIVIDADE DE APOIO EDUCACIONAL - GOV MUNICIPAL	21.317,29 D
TERMO DE COLABORAÇÃO - SEC EDUCAÇÃO	21.317,29 D
MATERIAIS DIVERSOS	6.966,47 D
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.349,00 D
ESTUDO DO MEIO (PASSEIOS)	1.750,00 D
SERVIÇOS DE CONTABILIDADE	4.380,00 D
CONSERVAÇÃO DE INSTALAÇÕES	5.558,00 D
BIBLIOTECA ESCOLAR INTERATIVA	820,40 D
BENS E MAT PERMANENTE (DOADOS AO MSBC E DE USO EXCLUSIVO)	493,42 D
ATIVIDADE EDUCACIONAL - GOV FEDERAL	11.932,18 D
PDDE BASICO	11.932,18 D
MATERIAIS E SERVIÇOS DIVERSOS	10.415,10 D
BENS E MAT PERMANENTE (DOADOS AO MSBC E DE USO EXCLUSIVO)	1.517,08 D

ROCHA CONTABILIDADE

Demonstracao do Superavit do periodo Encerrado de Janeiro a Dezembro/2017

Folha: 002

0236 APM DA EMEB JOSE ARNAUD DA SILVA
Rua das Paineiras, 1
Alvarenga - SAO BERNARDO DO CAMPO/SP

14.053.215/0001-85

Descricao

Valor

Demonstracao do Saldo Final	
Resultado do Periodo	
Superavit do periodo	0,00

VANDERLEI ANTONIO
DIRETOR EXECUTIVO
C.P.F.: 216.583.268-30

MARIA DE LOURDES ROCHA
Contador
CRC N° : 1SP215598/0-9

APM DA EMEB JOSÉ ARNAUD DA SILVA
 Rua das Paineiras, 01 Jardim Pinheirinho - S B DO CAMPO – SP
 CNPJ 14.053.215/0001-85

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto - Exercício Findo em 31/12/2017

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2017 - R\$	2016 - R\$
Recursos Recebidos		
(+) Entidades Governamentais (com restrição)	25.760,00	28.416,30
(+) Entidades Privadas	0,00	0,00
(+) Doações e Contribuições Voluntárias	0,00	4,00
(+) Próprias	0,00	0,00
(+) Rendimentos Financeiros	567,36	631,49
(+) Outros	34,44	0,02
(-) Devolução de Recursos	0,00	-91,58
Pagamentos Realizados		
(-) Aquisição de Bens e Serviços (com restrição)	-33.249,47	-20.083,52
(-) Aquisição de Bens e Serviços (sem restrição)	0,00	0,00
(-) Contribuições Sociais, Impostos e Taxas	0,00	0,00
(-) Outros Pagamentos	0,00	0,00
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	-6.887,67	8.968,29
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
(+) Recursos Recebidos pela Venda de Bens	0,00	0,00
(+) Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	0,00	0,00
(-) Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	0,00	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	0,00	0,00
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
(+) Recebimento de Empréstimos	0,00	0,00
(+) Outros Recebimentos por Financiamentos	0,00	0,00
(-) Pagamentos de Empréstimos	0,00	0,00
(-) Pagamento de Arrendamento Mercantil	0,00	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	0,00	0,00
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	-6.887,67	8.968,29
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	11.635,74	2.667,45
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	4.748,07	11.635,74

 Vanderlei Antonio
 Diretor Executivo

 Maria de Lourdes Rocha
 Contadora CRC 1SP215598/O-9

APM DA EMEB JOSÉ ARNAUD DA SILVA

Rua das Paineiras, 01 Jardim Pinheirinho - S B DO CAMPO – SP

CNPJ 14.053.215/0001-85

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido - Exercício Findo em 31/12/2017

Histórico	Patrimônio Social	Superavit/Déficit Acumulado	Superavit/Déficit do Exercício	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/dez/2015	1.456,56	0,00	1.302,47	2.759,03
Déficit/Superavit Acumulado	1.302,47	0,00	-1.302,47	0,00
Déficit do Exercício de 2016	-	-	8.876,71	8.876,71
Saldo em 31/dez/2016	2.759,03	0,00	8.876,71	11.635,74
Déficit/Superavit Acumulado	8.876,71	0,00	-8.876,71	0,00
Ajuste mudança de Critérios	-11.635,74		0,00	-11.635,74
Superavit do Exercício de 2017			0,00	
Saldo em 31/dez/2017	0,00	0,00	0,00	0,00

Vanderlei Antonio
Diretor Executivo

Maria de Lourdes Rocha
Contadora CRC 1SP 215598/O-9

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em reais – R\$)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **APM da Emeb José Arnaud da Silva** é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação, de prazo indeterminado de duração, com objetivos sociais e educativos, sem fins econômicos, sem caráter político racial ou religioso.

São objetivos da Entidade, conforme artigo 3º do seu Estatuto:

- I – auxiliar a direção da escola na consecução de seus objetivos educacionais;
- II – representar, junto à direção do estabelecimento, as aspirações da comunidade, constituída de pais, alunos e professores;
- III – participar de comemorações cívicas, campanhas comunitárias, promoções de natureza cultural, esportiva e assistencial, e outras atividades em que se empenhe a escola, especialmente as relativas ao calendário cívico, cultural e religioso do Município, e ao Dia do Patrono;
- IV – realizar campanhas, em conjunto com a direção da Unidade Escolar, destinadas a melhorar as condições de funcionamento da escola;
- V – auxiliar os alunos carentes de recursos na aquisição de vestuário e de material didático;
- VI – colaborar com a Unidade Escolar no tocante à segurança, conservação do prédio, equipamentos, material didático e limpeza das instalações e dependências;
- VII – promover cursos, sessões de estudo, seminários, conferências e outras atividades tendentes a elevar o nível de eficiência operacional da escola;
- VIII – programar o uso da Unidade Escolar pela comunidade, nos fins de semana e período de férias, ampliando o seu conceito de casa de ensino para centro de atividades comunitárias;
- IX – acompanhar as atividades escolares, na qualidade de observadora e colaboradora, respeitados os regulamentos da Unidade de Ensino;
- X – premiar os alunos que se destacarem em torneios culturais, artísticos ou esportivos durante o ano letivo;
- XI – elaborar plano anual de atividades, integrado com o plano escolar, de modo a atingir os objetivos anteriores especificados.

Sua sede está localizada na cidade de São Bernardo do Campo, Rua das Paineiras, 01 Jardim Pinheirinho CEP 09854-700, no Estado de São Paulo.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2017, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Associações sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das Associações sem finalidade de lucros.

3 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL (RESOLUÇÃO CFC nº 1.330/11 - ITG 2000)

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.
- b) **Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.
- c) **Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição. Conforme determina Cláusula 6ª do Termo de Colaboração firmado com o Município de São Bernardo do Campo e artigo 25 da Resolução CD/FNDE 10/2013, os ativos imobilizados foram doados ao Município de São Bernardo do Campo pelo custo de aquisição, para que sejam tombados e incorporados ao seu patrimônio público cabendo a Entidade a responsabilidade pela sua guarda e conservação.
- d) **Passivo Circulante e Não Circulante:** O passivo circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. A Entidade não realizou atividades que resultassem informações no passivo não circulante.
- e) **As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.
- f) **Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência.

5 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor e reprogramado dos Recursos de Entidade Pública Nacional – Governo Municipal e Governo Federal, obrigações fiscais, tributárias.

6 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício período.

7 – AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Conforme Lei 6.404, artigo 186, foram escriturados no Patrimônio Líquido, conta Ajustes de Exercícios Anteriores os saldos decorrentes de efeitos provocados por erro imputável a exercício anterior **ou mudança de critérios contábeis** que vinham sendo utilizados pela Entidade.

Rubricas	Saldo em 2016 R\$	Valor Ajustado R\$	Saldo em 2017
Patrimônio Líquido	11.635,74	-11.635,74	0,00
Patrimônio Social	11.635,74	-11.635,74	0,00

8 – SUBVENÇÕES E/OU CONVÊNIOS PÚBLICOS (Resolução CFC nº. 1.305/10 - NBC TG 07)

São recursos financeiros provenientes de Termo de Colaboração e Convênio firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. O Termo de Colaboração e Convênio firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais a entidade atendeu a Resolução Nº. 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade/CFC que aprovou a NBC TG 07- Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

A Entidade recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Municipal e Federal:

Exercício	Concedente	Valor Recebido R\$	Valor Realizado R\$
2017	Governo Municipal	21.260,00	21.317,29
2017	Rendimentos de Aplicações Financeiras	171,02	
2017	Governo Federal – FNDE – PDDE	4.500,00	11.932,18
2017	Rendimentos de Aplicações Financeiras	396,34	

Exercício	Concedente	Valor Recebido R\$	Valor Realizado R\$
2016	Governo Municipal	18.736,30	18.682,92
2016	Rendimentos de Aplicações Financeiras	34,18	
2016	Governo Federal – FNDE – PDDE	9.680,00	1.400,60
2016	Rendimentos de Aplicações Financeiras	597,31	

9 – DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado do exercício de 2016 foi incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002.

10 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o DIRETO.

São Bernardo do Campo, 31 de dezembro de 2017.

Vanderlei Antônio
Diretor Executivo

Maria de Lourdes Rocha
Contadora – CRC 1SP215598/O-9